

“PROCURA JEITO DE HOMEM”
A VIOLÊNCIA NA NORMALIZAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO
ESPAÇO ESCOLAR¹

Arthur Furtado Bogéa²

RESUMO

O presente artigo está inserido nas temáticas sobre gênero e sexualidade na educação com um recorte sobre as masculinidades. Tem como objetivo analisar como discursos significados como simples brincadeiras pelos alunos do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IEMA da cidade de Bacabeira, são atos de violência contra alunos que apresentam referências de masculinidades que estão fora dos padrões normativos de gênero. Este trabalho se constrói a partir de uma abordagem qualitativa, tendo o seu aporte teórico e conceitual no campo dos estudos pós-estruturalistas e de seus desdobramentos na teoria *queer*. Os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento e análise dos dados foram a revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Após o levantamento das informações foi feita uma análise discursiva do material coletado com base na teorização *queer*. Os resultados mostram que no espaço escolar pesquisado não foram encontradas manifestações de violência física contra alunos que não se enquadram nos padrões normativos de masculinidades, mas existe uma presença muito grande de violência simbólica manifestada através de piadas, olhares, sarcasmos e de uma série de práticas significadas como brincadeiras. Concluímos que os diversos discursos significados pelos alunos como simples brincadeiras são práticas de violência direcionadas a alunos que apresentam masculinidades fora dos padrões normativos de gênero e são mecanismos usados por essas normas para se naturalizarem como referência hegemônica a ser seguida por todos.

Palavras-chave: Masculinidades. Gênero. Espaço Escolar. Discurso. Violência.

INTRODUÇÃO

Pessoas que não seguem os padrões de gênero estão sujeitas a todo tipo de violência, elas são punidas simplesmente por serem quem são. Estar fora dos padrões normativos impostos pela sociedade se torna justificativa para sofrerem violências, pois é preciso que seus corpos sejam adestrados, controlados, disciplinados, docilizados e conformados às normas de gênero (FOUCAULT, 2014).

¹ Este trabalho é um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada “Os discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?”, disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3158>.

² Graduado em Ciências Sociais e Pedagogia, Especialista em Docência no Ensino Superior, Mestre em Educação e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. arthurbogea@gmail.com



O espaço escolar não está isento dessas práticas violentas, pois ainda encontramos alguns discursos que materializam visões preconceituosas, homofóbicas, transfóbicas, machistas e intolerantes. Isso acontece porque a educação escolar está inserida em contextos de referências hegemônicas presentes na sociedade da qual faz parte e que são produtores de hierarquias entre os gêneros, por estarem sustentados em concepções biologizantes que configuram um padrão binário, no qual o masculino deve ser forte, agressivo, durão e dominador (LOURO, 2001).

A violência sofrida no espaço escolar por pessoas LGBTQIA+ e por pessoas que não fazem parte dessa população, mas que apresentam comportamentos fora dos padrões normativos, traz sérias consequências, pois atrapalham seus aprendizados e bem-estar, além de prejudicar a escola na sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade que respeite e valorize a diversidade. Ser diferente, apresentar outras referências de masculinidades, se perceber e desejar de outra forma é um desafio diário enfrentado nas escolas.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar como discursos significados como simples brincadeiras pelos alunos do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IEMA da cidade de Bacabeira, são atos de violências contra alunos que apresentam masculinidades que estão fora dos padrões normativos de gênero.

Este trabalho se constrói a partir de uma abordagem qualitativa, tendo o seu aporte teórico e conceitual no campo dos estudos pós-estruturalistas e de seus desdobramentos na teoria *queer*. Os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento e análise dos dados foram a revisão bibliográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Após o levantamento das informações foi feita uma análise discursiva do material coletado com base na teorização *queer*.

A pesquisa foi realizada no Instituto Estadual de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA Unidade Plena de Bacabeira – MA, com alunos que se autodeclaram pertencentes ao gênero masculino, de quatro turmas do ensino médio da referida escola. As turmas foram escolhidas obedecendo aos critérios de ter, no mínimo, uma turma de cada curso técnico oferecido pela instituição, que são os cursos de Logística, Mineração, Administração e Serviços Jurídicos.

As observações foram realizadas de julho a dezembro de 2018 em todos os espaços da escola. Após o período de observações e já com alguns discursos sobre gênero identificados, selecionamos os alunos para a realização das entrevistas semiestruturadas. O critério de escolha dos entrevistados foi ter três alunos de cada turma observada. Os alunos escolhidos foram aqueles que mais manifestaram discursos sobre gênero identificados no período de observação.



Por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos seguimos todos os critérios éticos nos processos de produção de informações e nos demais encaminhamentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa de acordo com a Resolução nº 501/2016 do CEP/CONEP. Adotamos o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, prestando todas as informações sobre seu sentido e implicações, bem como total confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz.

Por essa razão, com o intuito de garantir o total sigilo, confidencialidade e privacidade dos participantes deste trabalho, eles não foram identificados por seus nomes próprios ou por qualquer outra forma que possa associar o que está escrito com a pessoa que me prestou a informação, mas serão nomeados por nomes fictícios.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com os estudos sobre gênero na educação, bem como dar visibilidade a discursos silenciados pelas normas socialmente construídas a respeito de como as pessoas devem experienciar seus gêneros e sexualidades, ajudando a perceber e combater no cotidiano do espaço escolar diversas formas de violências que muitas vezes estão dissimuladas em práticas significadas como brincadeiras.

PENSANDO GÊNEROS E MASCULINIDADES

Qualquer discussão relacionada à educação não pode ficar desobrigada das relações e estruturas de poder que as envolvem. Ao se problematizar como os discursos sobre gênero estão envolvidos em relações de violência no cotidiano do espaço escolar contra corpos que se apresentam fora dos padrões normativos estabelecidos pela sociedade para as masculinidades, está se colocando em evidência processos de controle, vigilância, dominação, docilização, normalização e exclusão a partir de normas regulatórias de gêneros, sexos, sexualidades, discursos e corpos.

Nesse sentido, entendemos que os gêneros foram configurados em uma divisão binária que os limitou a um pólo masculino e um pólo feminino a partir da naturalização de significações sociais a características físicas trazidas no corpo biológico. Portanto, o gênero é um devir constante e dentro de cada pólo podemos perceber a existência de identidades instituídas, abandonadas, ocultas, reprimidas e controladas (BUTLER, 2003).

Gênero como categoria analítica surge no fim do século XX (SCOTT, 1990), baseado em algumas teorias do pensamento modernista, em conformidade com alguns estudos que buscavam explicar o comportamento humano, as relações de parentesco, as diferenças entre

masculino e feminino, as questões femininas e as identidades sexuais subjetivas. Ele surge como uma oposição às teorias que tentavam explicar os sujeitos a partir de significações naturalistas.

No entanto, Foucault (1988) mostra que a partir dos discursos bioquímicos, psiquiátricos e outros correlatos, se instaurou o “sexo” como substrato orgânico de uma referência padrão de identidade de gênero, o que gera uma interpretação naturalizada em meio às relações sociais. Nessa perspectiva, sujeitos são direcionados a comportamentos específicos, constituídos como pertencentes ao gênero que socialmente foi atribuído a eles a partir de suas características anátomo-biológicas.

Assim, para se entender as questões dos gêneros e a posição ocupada pelas pessoas a partir de suas expressões de gênero é necessário que se compreenda os sistemas simbólicos que carregam os modos como as sociedades significam os gêneros, bem como seus usos na constituição de regras para as relações sociais. Por essa razão, entendemos gênero como uma construção discursiva, constitutiva de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ao mesmo tempo em que é um primeiro modo de significar as relações de poder (SCOTT, 1990).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1990. p. 7).

Em vista disso, Butler (2003) destaca que o gênero é outorgado aos sujeitos tendo como base uma referência construída a partir dos significados sociais dados a características biológicas presentes nos corpos, ou seja, os órgãos genitais seriam os determinantes naturais do gênero e da sexualidade. Sendo assim, as identidades de gênero seriam uma forma de materialização dos discursos normativos a respeito daquilo que se constituiu como sendo o gênero em uma visão naturalizada.

Nessa perspectiva, Louro (1997) observa que distintas estratégias procuram intervir sobre os agrupamentos humanos buscando maneiras para regular e controlar as relações de gênero. No entanto, as pessoas não são construídas apenas a partir de repressões e sanções, mas também, a partir de práticas e relações que internalizam gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas corporais. Portanto, os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz



ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 08).

Temos, a partir das relações de poder, múltiplos discursos proferidos através dos diversos canais de comunicação e que permeiam a vida cotidiana, atuando na definição de referências normativas para os gêneros, sexualidades e corpos, assim como na construção de padrões de comportamentos tidos como normais e que devem ser internalizados pelas pessoas de forma que estas acreditem que certos padrões fazem parte de sua “essência natural” e só assim possam ser consideradas “plenamente humanos”. Para Butler (2003), é através desse processo de internalização de uma determinada norma que o corpo passa a carregar as marcas configuradas socialmente como verdades materializadas.

Aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. (LOURO, 2008, p. 22).

O corpo pode ser visto como a materialização das marcas de gênero e sexualidade configuradas socialmente através dos discursos. Ele carrega as inscrições constituídas em um processo histórico e político que determinou como os atributos de beleza, cor, força, fragilidade, sabedoria, normalidade, anormalidade, sexo, sexualidade, gênero, etc., deveriam ser divididos entre aquilo que é tido como pertencente às masculinidades e feminilidades. É nessa perspectiva, que Foucault (1988) aponta que o corpo é objeto de dominação e submissão e por essa razão o poder existente nas relações humanas se dá a partir dele. Desse modo, as marcas constituídas como pertencentes naturalmente aos corpos, carregam representações que servem como definidoras de hierarquias sociais.

Portanto, as masculinidades são produzidas, reproduzidas e expressas de diversas maneiras, em variados corpos e múltiplos espaços sociais. Elas não podem ser pensadas como fixas e acabadas, uma vez que qualquer forma de masculinidade é internamente complexa e contraditória, tendo como referência o lugar ocupado nas relações de gênero e nas práticas determinadas por essa posição. Essa estrutura de posicionamento de masculinidades pode seguir diferentes trajetórias históricas e, desse modo, a masculinidade correlaciona-se constantemente em sua trajetória a contradições internas e a rupturas históricas (CONNELL, 1997).

Nesse sentido, a escola é um dos espaços que busca, a partir de vários discursos, inscrever nos corpos normas, práticas, códigos, saberes e atua na determinação daquilo que as pessoas podem ou não podem fazer ou ser, posicionando-os em sociedade. A escola tenta

direcionar os corpos de discentes para referências socialmente tidas como naturais. Por essa razão, “a escola está absolutamente empenhada em garantir que os seus meninos e meninas se tornem homens e mulheres ‘verdadeiros’ que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade.” (LOURO, 2000, p. 49).

Entretanto, existem identidades que não se conformam às normas de inteligibilidade de gênero e que podem trazer consigo uma radical descontinuidade entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Sobre isso Butler (1986, p. 42) diz que “se a existência é sempre existência de gênero, então, desviar-se do gênero estabelecido é, em certo sentido, questionar a própria existência” e ao se deslocar e questionar essa existência naturalizada do gênero, pode se perceber que é quase desnecessário que os sujeitos sejam aquilo que as normas impõem como sendo seu “gênero de verdade”.

O que se tem são discursos que configuram corpos e identidades como normais e anormais em determinados contextos históricos, políticos e culturais. Esses padrões de normalidade são configurados pelas normas de gênero e devem ser seguidos por cada sujeito para que possa ser considerado inteligível e normal.

Aqueles alunos que não se adequam àquilo que a norma estabeleceu como normal e natural para a apresentação de seus corpos são considerados menos homens, menos masculinos, menos machos, menos fortes, menos inteligentes, enfim, menos humanos. São os sujeitos para quem a violência no espaço escolar é direcionada, muitas vezes silenciosamente, camuflada, dissimulada ou significada como brincadeira, mas sempre violência.

REFERENCIAIS DE MASCULINIDADES NÃO NORMATIVAS: VIOLÊNCIAS SIGNIFICADAS COMO BRINCADEIRAS NO ESPAÇO ESCOLAR

No espaço escolar pesquisado existe um grande respeito entre os alunos e uma grande valorização da diversidade. Não percebemos, durante a realização da pesquisa, práticas explícitas de violência, no entanto ao nos debruçarmos um pouco mais no dia-a-dia da escola, nos discursos que são produzidos e reproduzidos em seu espaço, ainda encontramos práticas violentas relacionadas a gênero e sexualidade, dissimuladas em atos significados, aparentemente, como simples “brincadeiras”. Essa lógica de entender algumas violências como “brincadeiras” nós encontramos nos discursos dos alunos.

Assim, às vezes os meninos puxam brincadeira de falar na questão do feminino, de falar do gay no feminino, mas eu não me incomodo não porque eu sei que é brincadeira, eles não falam com maldade. Nenhuma das pessoas que convivem



comigo falam com maldade. (Fragmento de entrevista com aluno Jorge do 1º ano em 12/02/2019).

Eu acredito que eu já tenha sofrido algum preconceito, mas eu acabo não percebendo sabe?, porque **eu não ligo muito**, não sei se eu já falei, mas **eu não ligo muito pra esses comentários, pra essas brincadeiras**, o que vale é o que eu acho né?, o que eu sou, a minha palavra é que vale sobre mim. (Fragmento de entrevista com aluno Gilvane do 3º ano em 06/02/2019).

Preconceito nunca vi aqui, mas brincadeira eu já vi. Lá na sala tem um menino que tem um jeitinho, **aí a galera trata ele como mulher às vezes, mas ele aceita normal como brincadeira**, ele não reclamou, ele leva na brincadeira. (Fragmento de entrevista com aluno Isaac do 1º ano em 24/02/2019).

Todos esses discursos nos mostram que no espaço escolar as várias formas de preconceito naturalizadas na sociedade podem estar presentes de formas dissimuladas, através de gestos, risos, piadas, olhares, sarcasmo etc. (ITANI, 1998) e que, na maioria das vezes, são significadas como “brincadeiras” entre os alunos e por isso eles não percebem o quanto essas práticas podem estar carregadas de discursos que produzem desigualdade, hierarquização e exclusão.

Assim, podemos depreender que o espaço escolar ainda possui práticas estereotipadas que acabam por tornar certos comportamentos como naturais, isso vai contribuir para a reprodução de violências de forma dissimuladas. Por essa razão, aqueles envolvidos não reconhecem esses comportamentos como sendo uma forma de violência, como expressam os discursos dos alunos.

Ao significarem esses comportamentos apenas como “brincadeira” acabam naturalizando-os como parte do espaço escolar, o que faz com que se tornem práticas comuns reproduzidas pelos discursos. Porém, mesmo não sendo percebidas, essas são formas e estratégias para as normas de gênero uniformizar as identidades e garantir as hierarquias e privilégios (BUTLER, 2003).

É assim que se criam as ideias de normalidade nesses comportamentos significados como “brincadeiras” e se é “normal”, os alunos para quem são direcionadas passam a usar como estratégia de defesa não se importar. Tanto, que na grande maioria das vezes, não há reações a essas práticas violentas, como chamar a atenção, repreender, mandar parar etc., a reação geralmente é o silêncio, sorrisos disfarçados ou manter-se afastado de quem as pratica.

Isso nos revelou outro fato importante, no espaço escolar pesquisado os alunos que se autodeclaram gays sofrem menos práticas violentas e pressão para se adequarem às normas de gênero que os *garotos* sobre os quais circulam comentários e dúvidas a respeito de seu gênero e sexualidade. Os “assumidos” também são alvos de piadas, comentários, olhares, sarcasmos,

etc., porém em quantidade muito menor e com um nível de agressividade moderado em relação aos “não assumidos”, como revela os discursos que seguem.

Eu não acho que vi os gays sofrendo pressão, pressão porque já são assumidos gays, **mas quem sofre pressão mais são pessoas “héteros”** que vão lá dançar e a galera acha que só quem pode dançar são os gays ou só quem dança são gays. **Eu não acho que homossexuais sofram tanta pressão assim aqui na escola**, não que eles não sofram, mas não tanto como que ficam dizendo que são héteros, mas a gente meio que fica em dúvida. (Fragmento de entrevista com aluno Ricardo do 2º ano em 28/02/2019).

Ah, **eu já ouvi demais piadinhas, não contra mim porque eles já sabem como eu sou**, mas quando é um grupo de machos mesmo que eles se dizem ser **héteros de verdade de seguir a norma padrão, quando alguém dá uma quebradinha, dá uma risadinha, eles falam logo “ih, esse aí tá é louco é? Tu é gay é? Procura te comportar como homem de verdade”**. (Fragmento de entrevista com aluno Marlon do 1º ano em 27/02/2019).

Eu já ouvi muitas coisas como **“não faz isso que isso não é comportamento de homem”**, principalmente aquela frase que muitos dizem **“procura jeito de homem”**, isso é uma coisa que já me falaram muito. Já ouvi de amigos, colegas, é uma coisa que a gente ouve em todo lugar, aqui na escola eles falam muito. **Uma vez eu estava com brincadeiras com um amigo e outro amigo chegou e falou pra mim assim “rapá, procura jeito de homem, isso aí não é jeito de homem”**. (Fragmento de entrevista com aluno Flavio do 1º ano em 18/02/2019).

Esses discursos nos revelam que existe entre os alunos uma espécie de necessidade de classificar o outro, de colocá-lo em um grupo determinado. Essas construções de estereótipos e de classificações de masculinidades ou não-masculinidades, a partir desses discursos, são formas de controle e autocontrole impostas pelas normas de gênero, pois servem para significar, classificar e controlar o outro e para se autocontrolar ao não fazer aquilo que é tido como não pertencente a referência da qual “faço parte” para não correr o risco de ser classificado como pertencente a outro grupo.

A questão aqui são os garotos que deixam dúvidas, que mesmo sem perceber ou terem consciência disso, não permitem a sua classificação a partir desses estereótipos. São os alunos que são significados como estando em trânsito em várias referências de gênero e sexualidade e por isso as violências com eles são mais comuns, pois precisam ser mais provocados para que se saiba a que referência eles pertencem, como é o caso dos *garotos incubados*³.

A não definição, ou melhor, a não comprovação da sexualidade do outro se torna motivo para colocá-lo sempre a prova com práticas violentas, pois quem avalia e testa se a masculinidade de um menino é viril ou não são outros alunos. Frases como “prove que você é homem” é um desafio constante na vida dos alunos que possuem alguns comportamentos tidos

³ Alunos que se autodeclararam heterossexuais, mas que possuem alguns comportamentos tidos como pertencentes às feminilidades ou a homossexuais e por isso são significados pelos outros como incubados, pois apenas fingem ser héteros e não tiveram coragem de assumir que são na verdade gays.

como não pertencentes a masculinidade normativa. Assim, aquilo que é configurado como sendo o “homem masculino de verdade” não é uma essência ou dom natural, mas é fabricado de acordo com a referência idealizada de masculinidade (BADINTER, 1993, p. 4).

Desse modo, existe uma vigilância constante, pois qualquer expressão de gênero fora das normas podem significar o aluno como pertencente a homossexualidade e se não forem homossexuais precisam conformar seus corpos aos padrões de masculinidade tidos como “naturais”. Assim, as “brincadeiras” não são inocentes, mas são formas de preconceito, regulação, controle e disciplinamento dos corpos.

Por essa razão, alguns alunos buscam uma apresentação de si em conformidade com os padrões estabelecidos como “normais” para as masculinidades, pois algumas de suas expressões podem ser significadas como transgressões de sua aparente “naturalidade”. É nessa constante vigilância e autocontrole que os processos de normalização vão acontecendo sem que o aluno perceba que uma norma de gênero está tentando moldar o seu comportamento.

No entanto, ressaltamos que a produção e reprodução de discriminação, preconceitos, homofobia etc., através de práticas violentas no espaço escolar pesquisado, na maioria das vezes, não é intencional ou consciente. Os alunos que fazem piadas machistas, homofóbicas ou “brincadeiras” com essa mesma carga de significados, quase sempre, não tem a intenção ou a consciência de que estão reproduzindo tais coisas.

Na verdade, eu acho que na nossa sala nunca teve preconceito, era mais brincadeira. Assim, a gente aprende no meio preconceituoso a fazer brincadeiras preconceituosas, mas que a gente não quer transmitir um preconceito, tu tá me entendendo né? (Fragmento de entrevista com o aluno Marcos do 3º ano em 13/02/2019).

Aqui a gente vê assim, os meninos andando com molecagem, assim com todo um jeitinho, aí a gente fala, “**ei rapá te ajeita aí, tu não é homem não?**”. A gente ficava assim, mas tipo, **sabendo que era brincadeira**, mas sendo que **falar que era só brincadeira não significava aquilo** que a gente estava dizendo. (Fragmento de entrevista com aluno Raylson do 3º ano em 21/02/2019).

Portanto, acreditamos que a intenção desses alunos, na maioria dessas práticas, não é de fato serem violentos, mas são “brincadeiras” que se tornam comum no espaço escolar e eles reproduzem sem saber ou intencionar a carga de preconceitos contida nelas. No entanto, não é porque eles não têm a intencionalidade que as “brincadeiras” deixam de ser e de cumprir a sua função de violência.

O problema aqui é o processo de naturalização da violência, pois ao serem reproduzidas constantemente e serem significadas como “inocentes brincadeiras”, essas práticas tornam-se comuns e normais para esse espaço, criando-se assim uma estrutura na qual aquele que está fora

das normas torna-se o alvo desses ataques simplesmente por estar fora da norma, como se não seguir um padrão tornasse o aluno um ponto de referência daquilo que não se deve ser e o lugar da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho observamos que no espaço escolar é constante a presença de diversas formas de normalização de gênero e sexualidade. Essa atuação da norma não acontece somente através de ações diretas, mas camufladas em múltiplos discursos produzidos e reproduzidos no cotidiano das relações desse espaço e tentam impor formas rígidas para que alunos apresentem seus corpos.

Percebeu-se que essas ações de imposição das normas de gênero acabam sendo violentas, física e simbolicamente. Desse modo, o aluno que não consegue se enquadrar nos padrões tidos como normais para as masculinidades torna-se vítima de um processo violento de tentativas de adestramento, controle, conformação e silenciamento de seu corpo e desejo. Constatamos que nas relações entre as masculinidades dos alunos do espaço escolar pesquisado, a norma tenta se impor através de práticas que são significadas como brincadeiras, mas que estão carregadas de violência.

No entanto, significar uma ação como brincadeira ou não ter uma intencionalidade de violência, não elimina a ação violenta da norma, pois o ato em si é carregado de violência e fere, machuca, pune, exclui e causa uma série de problemas a quem é direcionado. Por isso, alunos se excluem do espaço da escola, dos jogos, das festas etc., como forma de se protegerem das violências. Eles são silenciados e se silenciam em seus discursos por romperem, mesmo sem perceber, com as normas de sociais para os gêneros.

Outra estratégia de defesa percebida no espaço escolar é a busca de adequação de seus corpos aos padrões normativos de gênero, passando a agir de acordo com aqueles que praticam as violências e assim se tornam outros produtores e reprodutores de práticas violentas que acabam voltando para eles mesmos, uma vez que não existe uma masculinidade natural, mas referências que são internalizadas como se naturais fossem. Dessa forma, ninguém consegue expressar uma masculinidade total, apenas se aproxima de um padrão hegemônico e com isso precisam provar o tempo todo a fidelidade ao padrão e serem testados nessa fidelidade. E tudo isso é feito de forma violenta.

Logo, a partir de uma análise baseada no pensamento pós-estruturalista e de seus desdobramentos na teoria *queer* que nos ajudou a olhar o cotidiano da escola e a forma como

os alunos se relacionam nesse espaço, concluímos que diversas práticas significadas pelos alunos como brincadeiras são na verdade formas de violência sofridas por alunos que apresentam em seus corpos referências de masculinidades fora dos padrões normativos de gênero e são mecanismos usados por essas normas para naturalizarem uma única referência como hegemônica e que deve ser seguida por todos.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. “Sex and Gender in Beauvoir’s Second Sex”. In: **Yale French Studies**, Simone de Beauvoir: Witness to a Century, nº 72, Winter 1986.

CONNEL, R. W. «La organización social de la masculinidad», in Teresa Valdes, José Olivarría (org.), **Masculinidad/es: poder y crisis**, Santiago de Chile, Isis y Flacso-Chile, 1997. n. 24, pp. 31-48. Disponível em: <http://www.pasa.cl/wp-content/uploads/2011/08/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Connel_Robert.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Tradução Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Edição Graal. Rio de Janeiro, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: J. G. Aquino (Coord.), **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. Summus. São Paulo, 1998. pp. 119-134. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2399/2126>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. IN: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília-DF: MEC/UNESCO, 2009. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2019.
LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições** [online]. 2008, vol.19, n.2, pp.17-23.

LOURO, G. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, 2000, pp. 59-75.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOURO, G. L. Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação. In: CATANI, D. et al.(org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.